

# Sarney quer acabar com a imagem da indecisão

Essa disposição ele mostrará nesta semana aos políticos e à Nação, antes da reforma ministerial.

Isolado durante todo o fim de semana, no Palácio da Alvorada, o presidente José Sarney dedicou-se a dar forma final ao documento que servirá de base para a formação da nova maioria de apoio ao governo no Congresso e a seu discurso, que irá ao ar, em rede de rádio e televisão, ainda esta semana — talvez amanhã ou quarta-feira. "Ele usará um tom lírico que pretende sensibilizar a classe política para iniciar uma nova etapa no processo de redemocratização do Brasil. Será quase um poema", adiantou o consultor-geral da República, Saulo Ramos, acrescentando que Sarney apresentará seu programa mínimo de governo.

Segundo informações de fontes do Palácio do Planalto, Sarney não vai apresentar, à Nação e aos políticos, grandes novidades. Os documentos em elaboração reafirmam a prioridade da ação do governo na área social, especialmente no Nordeste, com base nos dados contidos no Programa de Ação Governamental (PAG), lançado na última quarta-feira. Em síntese, em termos econômicos, Sarney está se propondo a criar em cinco anos 8,4 milhões de novos empregos no País, dobrar a renda de 40 milhões de brasileiros, e garantir um crescimento de 7% ao ano, com investimentos globais de Cz\$ 14,4 trilhões dos setores público e privado.

O segundo documento, que Sarney redige do próprio punho — informa Saulo Ramos —, deverá ser mostrado hoje aos partidos, preferencialmente ao PMDB e ao PFL. Depois, a segunda parte — destinada especificamente à área política — será submetida à assinatura dos parlamentares, incluindo os do PDS e PTB, para formação da nova base de apoio ao governo.

## Sistema de governo

A função política do programa mínimo de governo, objetivando superar a crise gerada pelo fim da Aliança Democrática há cerca de dez dias, é que está dando mais trabalho ao presidente. Ele pretende dizer, em seu discurso à Nação, que a solução para a maior parte dos problemas do País passa pelo sistema de governo, que tem que ser presidencialista. É possível, entretanto, que o presidencialismo deixe de ser incluído como um dos itens do compromisso de apoio ao governo que será submetido aos políticos. Conforme outra fonte palaciana, a intenção é não afastar políticos parlamentaristas, que po-

derão garantir seu apoio a Sarney desde que não sejam forçados a definir-se pelo presidencialismo.

Conforme esta mesma fonte, Sarney pretende, a partir desta semana, assumir o controle efetivo da política nacional. Ele quer acabar com o estigma de governante indeciso e inseguro, que lhe valeu uma queda significativa de popularidade. Para isso, depois do anúncio de seu programa e da formalização do acordo com políticos para o apoio irrestrito a seu programa de governo, ele deve promover não só uma reforma ministerial mas também uma reforma administrativa, que serão tanto mais amplas quanto maior for a mudança em seu grupo de apoio.

De acordo com informações de assessores que acompanharam o presidente neste final de semana, a preocupação "com a governabilidade" será ponto de destaque. Para Sarney, se continuar como está, com um Ministério dividido e sem o seu controle, o governo ficará completamente desacreditado perante a sociedade e o mundo, mergulhando em profunda crise.

Auxiliares presidenciais reafirmaram a parlamentares do PMDB e do PFL a disposição de Sarney de não recuar a propósito de reformular o Ministério. O presidente tem dito, ainda, que não dispensará o concurso do PFL, partido que lhe tem sido fiel nos momentos mais difíceis.

Os mesmos assessores contaram que o presidente, que sofreu muitas pressões nas duas reformas ministeriais feitas em seus dois anos e meio de governo, "agora está fazendo tudo sozinho". Segundo eles, Sarney tem se recusado a falar do assunto inclusive em família. Esta é, segundo avaliação desses assessores, a última cartada do presidente, que pretende ter mais dois anos e meio no comando do País, para fazer tudo o que planejou e ainda não conseguiu, "como por exemplo uma nova Constituição que esteja de acordo com as tradições nacionais", disseram.

agência  
ESTADO